

O Modo Luso-Tropical de Fazer Ver a Guerra

Fátima RODRIGUES¹

Resumo: Durante as últimas guerras que Portugal travou em África (1961-1974), milhares de soldados africanos incorporaram as Forças Armadas Portuguesas (FAP). Se, por um lado, o recrutamento de africanos e o tipo de organização militar implementado pelo poder colonial serviram para dar resposta a exigências particulares colocadas pela guerra de guerrilha, por outro lado, a propaganda ideológica utilizou esse processo de africanização para promover a ideia de que Portugal desenvolvia uma política integracionista adequada a uma nação pluri-continental e pluri-racial, reforçando o discurso legitimador da manutenção do domínio português em África. O que se pretende com este artigo é apresentar uma reflexão acerca da utilização propagandística dos combatentes africanos das FAP na imprensa diária portuguesa publicada entre 1961 e 1974.

Palavras-chave: guerra colonial, colonialismo, África, propaganda.

El camino luso-tropical de mediatizar la guerra

Resumen: Al largo de las últimas guerras de Portugal en África (1961-1974), miles de soldados africanos entraron en las Fuerzas Armadas de Portugal (FAP). Por un lado, la contratación de personal africano y el tipo de organización militar ejecutada por el Poder Colonial formaron respuestas a las necesidades particulares planteadas pela guerra de guerrillas. De otra manera, la propaganda ideológica ha utilizado este proceso de africanización para promover la idea de que Portugal ha desarrollado una política de integración adecuada a una nación transcontinental y multirracial, reforzando el discurso legitimador de mantenimiento del dominio portugués en África. La intención de la presente investigación es tener una reflexión sobre el uso propagandístico de los combatientes africanos de FAP en los diarios portugueses publicados entre 1961 y 1974.

¹ Doutorada em Sociologia pela Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra. Docente da Universidade Lusíada do Porto e Investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. E-mail: fatimadacruzrodrigues@gmail.com

Palabras-clave: guerra colonial, colonialismo, África, propaganda.

A Africanização da Guerra Colonial (1961-1974)

Nas guerras travadas em África entre potências coloniais e povos africanos que resistiam aos seus avanços ou ao seu domínio, bem como entre as próprias forças invasoras que lá disputaram certas posições, o poder colonial recrutou soldados africanos para as suas fileiras. Portugal não fugiu a essa regra e recorreu a tropas africanas² para a conquista de territórios e para a repressão das muitas sublevações contra a imposição do domínio colonial, mas também para proteger os seus territórios africanos de outras potências coloniais, como aconteceu ao longo da Primeira Grande Guerra (PÉLISSIER, 1986; VENTURA, 2006). Seguindo uma longa tradição, que remonta ao século XVI, nas últimas guerras que Portugal travou em África as suas forças armadas recorreram, mais uma vez, ao recrutamento local. Em termos gerais, entre 1961 e 1974, aproximadamente um terço dos combatentes das Forças Armadas Portuguesas (FAP) pertencia ao recrutamento local. Mas esse valor não foi constante, nem se distribuiu uniformemente pelos três territórios africanos ao longo dos conflitos.

Até finais de 1960, entre os 6 mil e quinhentos militares mobilizados em Angola, 5 mil foram recrutados localmente (CANN, 2005, p. 28). Logo após o início do conflito em Angola foram enviados contingentes de tropas tanto para esse território como para os outros territórios africanos sob o domínio português. No final de 1961, em Angola, já se registavam mais de 33 mil soldados, e em 1964, quando a guerra já eclodira na Guiné e em Moçambique, o número total de combatentes ultrapassava os 85 mil; menos de um terço destes soldados era recrutado localmente³. À medida que as guerras se prolongavam, a tendência foi a do aumento progressivo de tropas de origem africana nas FAP e, no final dos conflitos, estas representavam aproximadamente metade dos contingentes presentes nos três territórios⁴.

² Estas tropas não foram apenas utilizadas em África como também foram expedidas para a Índia, Macau e Timor. Importa também esclarecer que nos seus territórios de origem, segundo Pezarat Correia, as tropas de recrutamento local foram raramente utilizadas em missões de soberania até 1961 (2000, p. 144).

³ Mais precisamente 29,52% eram efectivos locais.

⁴ Em Angola, em 1961, 14,9% dos efectivos do Exército português eram recrutados localmente, valor que aumenta ao longo dos 13 anos de guerra excepto entre 1964 (28,7%) e 1965 (27,1%), quando os valores sofrem uma ligeira diminuição, até atingir os 42,4% em 1973. E em Moçambique, embora com algumas oscilações, a tendência geral, desde o início da guerra, é para o aumento, atingindo os 53,6% em 1973. Na Guiné, sobretudo a partir de 1966, o número dos efectivos locais vai aumentando até atingir os 20,1% em 1973

Em termos globais e de acordo com os valores disponíveis, entre 1961 e 1973 foram recrutados aproximadamente 1 milhão e 400 mil soldados para a guerra; mais de 400 mil faziam parte do recrutamento local, ou seja aproximadamente um terço dos efectivos, isto sem contar com algumas forças chamadas irregulares ou auxiliares que não fazem parte dos dados que acabámos de apresentar (CORREIA, 2000, p. 147-149).

Os principais factores apontados para justificar esse aumento do recrutamento local durante a guerra prendem-se, por um lado, às dificuldades de adaptação dos soldados expedicionários aos territórios africanos, aos elevados custos da sua instrução e transferência para África e à sua progressiva desmoralização à medida que a guerra se prolongava (COELHO, 2002, p. 137). Por outro lado, essa africanização da tropa portuguesa era associada a vantagens, tais como o conhecimento que os africanos teriam do terreno, das línguas e de outras características locais, uma eventual diminuição de mortes em combate de soldados oriundos de Portugal⁵ e a criação de “clivagens e antagonismos que demarcassem campos de actuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio dos movimentos de libertação” (AFONSO e GOMES, 2005, p. 339).

Se a africanização das FAP deu resposta a estes interesses tácticos e estratégicos, como acabámos muito sumariamente de ver, o que se defende neste artigo é que serviu igualmente para demonstrar e promover a ideia de que Portugal era uma nação pluri-continental e pluri-racial, sustentando, com este argumento, a defesa da manutenção do domínio português nos territórios africanos.

A guerra na imprensa: algumas considerações gerais

Sabe-se que os meios de comunicação exercem uma influência importante sobre a opinião pública, nomeadamente durante regimes totalitários, que neles investem para procurar eliminar quaisquer representações e opiniões que desafiem as suas ideologias (CHOMSKY, 2003). Porque a imprensa nacional constituiu um dos veículos privilegiados de propaganda ideológica do colonialismo durante as guerras, efectuou-se uma pesquisa empírica à imprensa portuguesa publicada entre o início da guerra e o 25 de Abril de 1974, com o objectivo central de identificar como esta representava o comba-

(CORREIA, 2000, p. 155).

5 A africanização da guerra não parece ter sido acompanhada pela diminuição do número de mortos de soldados oriundos de Portugal. Sobre estes dados consulte-se Correia (2000, p.146) e Cann (2005, p. 125-126).

tente africano. Analisaram-se os diários *Diário de Notícias* e *O Século* ao longo de todo o primeiro ano de guerra. A partir de 1962 analisaram-se todos os meses de Junho do *Diário de Notícias*, alguns meses de Junho de *O Século* e outros meses seleccionados aleatoriamente para estabelecer um termo de comparação. Foi seleccionado o mês de Junho para ser objecto de uma análise sistemática por se tratar daquele em que se comemorava o dia de Portugal, antecipando-se que as comemorações registadas nesse dia seriam representativas de aspectos significativos da ideologia do regime.

Esta análise, de carácter qualitativo e sem pretensões de exaustividade, tem em consideração que a imprensa foi objecto de censura, tal como aconteceu com outros meios de acção pública. Censura que não implicava, apenas, eliminar certos artigos ou parte deles, mas também previa a inclusão de artigos elaborados pelo regime (ROSAS, 1994; SANTOS, 2004; CABRERA, 2006; GUERRA, 2001). Por essa razão, a informação veiculada pela imprensa a respeito dos combatentes africanos de algum modo corresponde à forma como o Estado Novo desejava posicioná-los no seu discurso sobre a guerra.

Para enquadrarmos as representações e imagens dos combatentes africanos das FAP nesse discurso de propaganda colonial, importa começar por apresentar algumas observações gerais sobre a forma como é retratada a Guerra na imprensa nacional.

Desde o início dos conflitos, embora não falasse declaradamente em guerra colonial, nem em guerra de ultramar ou de libertação, a imprensa acompanhou, de perto, os conflitos. No dia a seguir aos ataques em Luanda, a imprensa informa que “Grupos Armados tentaram assaltar ontem em Luanda a Casa de Reclusão, o Quartel da PSP e a Emissora Nacional”⁶.

Em termos globais, o primeiro ano de guerra é muito rico, quer quanto à quantidade de informação, quer quanto à diversidade de notícias sobre o conflito que, na época, só se verificava em Angola. Nos dias que se seguem às notícias relativas aos primeiros ataques assiste-se, contudo, a um período de silêncio na imprensa acerca dos mesmos. Estes só voltam a ser referidos no dia 23 de Fevereiro, no diário *O Século*, numa notícia de manchete que informa sobre os portugueses que morreram nos primeiros ataques em Angola e que vinham ser sepultados em Portugal⁷. A partir dessas datas,

6 Ver *Diário de Notícias* (5 de Fevereiro de 1961, p. 1).

7 No *Diário de Notícias* entre o dia 13 de Fevereiro e o dia 3 de Março não se noticiam os conflitos. Estes só reaparecem no dia 4 e 5 de Março com notícias relativas à trasladação dos corpos de Luanda para Lisboa dos militares que lá faleceram, e a uma homenagem

os conflitos em Angola voltam a ser notícia, seguindo-se, mais tarde, as informações relativas aos conflitos na Guiné⁸ e em Moçambique⁹.

Ainda em termos gerais, identificou-se um conjunto de temas em relação à forma como a guerra foi contada, sendo que, alguns deles surgem desde o início da guerra, enquanto outros começam a ser objecto de atenção passados alguns meses.

Um dos temas que domina as notícias da guerra é a atribuição dos ataques perpetrados pelos movimentos de libertação a organizações designadas de terroristas. Estes ataques são, desde o início dos conflitos, imputados a estrangeiros e, frequentemente, associados ao apoio comunista vindo da China, de Cuba e da União Soviética. É igualmente muito frequente que os ataques dos movimentos de libertação sejam equiparados a actos de selvajaria. Muitas notícias consideram tratar-se de massacres e mesmo de genocídios praticados contra as populações portuguesas e africanas. Pontualmente, e sobretudo quanto aos primeiros ataques em Angola, informa-se que estas forças actuam sob influência de drogas, de álcool ou até mesmo de feitiçaria chegando-se, inclusive, a acusar de canibalismo alguns dos que os praticam.

Outro tema que domina a forma como se conta a guerra na imprensa é a ideia inabalável da defesa da manutenção de Portugal em África, ideia que, por sua vez, é apresentada em confronto com a pressão exercida por forças internacionais favoráveis à independência dos povos colonizados, nomeadamente a ONU.

Em contrapartida, as notícias que versam a manutenção da presença portuguesa em África tendem a realçar os apoios internacionais que consegue reunir, recorrendo a relatos e a opiniões de jornalistas e de políticos estrangeiros favoráveis ao domínio português.

A presença portuguesa nos países em guerra é também apresentada como uma ideia aprovada por forças locais, nomeadamente autoridades administrativas e religiosas, bem como estudantes, agricultores e outros trabalhadores, refugiados da guerra, mulheres,

prestada em Luanda aos militares que faleceram naquela cidade (4 de Março, 1961, p. 1; 5 de Março, 1961: p. 1; p. 6).

⁸ Apesar de já se terem registado anteriormente acções anticoloniais na Guiné, os conflitos que marcam o início da guerra registaram-se em Janeiro de 1963, com ataques do PAIGC à guarnição militar de Tite e emboscadas na região de Bedanda (AFONSO e GOMES, 2005, p. 100).

⁹ As acções violentas têm início em Moçambique a 21 e 24 de Agosto de 1964 pelos movimentos independentistas MANU e UDENAMO em Cabo Delgado. Só no dia 25 de Setembro desse mesmo ano é que a FRELIMO desencadeia as suas primeiras operações armadas e proclama ser essa a data do início do conflito (GARCIA, 2003, p. 179; BERNARDO, 2003, pp. 21-23).

crianças, etc., que se mostram como sendo cúmplices das autoridades portuguesas. As populações locais são apresentadas, não raras vezes, como leais e fiéis a Portugal, sendo notícia os actos de bravura e de heroicidade em sua defesa.

A par destas temáticas surgem as notícias centradas nas forças militares portuguesas. Estas informam sobre o envio de contingentes de soldados de Portugal para África, sobre os desfiles que efectuam à sua partida e à sua chegada, e sobre a organização das forças operacionais em África, nomeadamente a incorporação de voluntários nos territórios em guerra.

As operações militares portuguesas nos territórios também são notícia. Entre estas predominam a descrição das operações de recuperação de zonas ocupadas pelas forças de libertação, de apreensão de materiais e equipamentos dos adversários, e do número de mortes, feridos e fugas das forças operacionais dos movimentos de libertação. Ao longo da guerra, a ideia do reestabelecimento da ordem em zonas onde se tinham desencadeado ataques é uma constante. Constatase, ainda, que a morte de combatentes das FAP em combate é objecto de alguma divulgação, destacando-se, particularmente, as notícias que informam sobre as homenagens prestadas aos mesmos.

Um conjunto significativo de notícias informa sobre as condecorações atribuídas aos combatentes, onde se identificam os soldados agraciados e se descrevem os comportamentos que justificam as medalhas conferidas, algumas delas entregues às viúvas ou às mães e aos filhos dos mesmos, caso fossem dadas a título póstumo.

Os africanos das Forças Armadas Portugueses como protagonistas da história do fim do império

Desde o início da guerra verificou-se que os africanos são objecto de atenção nas notícias veiculadas sobre os conflitos. Uma das preocupações que parece orientar essas notícias é a de esclarecer o posicionamento da população africana face aos conflitos e, não raras vezes, estas aparecem associadas a temas como a ausência de discriminação racial por parte da administração portuguesa em África e o apoio da população africana à manutenção da sua presença nos territórios em guerra. E, como veremos, enquanto a guerra durou, os combatentes das FAP ocuparam um lugar de destaque na imprensa portuguesa.

Apesar das regularidades que encontramos ao longo desta análise, é de notar que as primeiras notícias sobre o conflito em Angola são contraditórias no que

respeita os seus protagonistas, nomeadamente no que toca o envolvimento de angolanos: umas insistem que os primeiros ataques são perpetrados por assaltantes estrangeiros, que não falam português¹⁰, enquanto outras especificam que, entre eles, existem homens oriundos de Portugal, outros naturais de Angola e também estrangeiros¹¹.

Apesar dessa imprecisão, as notícias tentam situar os africanos em relação à defesa da manutenção da presença portuguesa em África, procurando que não sejam exclusivamente associados aos ataques. O mesmo acontece quando se divulgam os ataques de 15 de Março. Uma das manchetes de *O Século* ilustra esta tendência: “Os bandos de assassinos parece escarniçarem-se mais contra os negros num ódio que resulta de não encontrarem apoio entre os seus irmãos de raça, mas que são portugueses” (21 de Março, 1961, p. 1). Este tipo de descrições, que coloca africanos contra outros africanos, e outras notícias que descrevem situações onde africanos e europeus se apoiam mutuamente contra um inimigo comum, o ‘terrorista’, constitui uma das tendências que caracterizam os relatos que se vão publicando sobre a guerra.

Quanto aos combatentes africanos da força portuguesa, as primeiras reportagens encontradas que falam sobre o seu contributo nos incidentes datam, igualmente, do início dos conflitos registados em Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1961. Na manchete do *Diário de Notícias* do dia 8 de Fevereiro de 1961¹² pode ler-se: “Durante uma hora soldados africanos e europeus lutaram corpo a corpo contra os terroristas praticando actos de heroísmo” e a notícia informa que

[...] O alarme foi dado pelo soldado de cor Manuel Chingu, [...] [que] mostrando uma coragem excepcional e valentia quase incrível [...] já cercado pelos assaltantes e escorrendo sangue das catanadas, abriu caminho à coronhada até ao automóvel que se encontrava a duzentos metros do local e foi ao Quartel da Polícia e ao Quartel General contar o sucedido.

10 Segundo o *Diário de Notícias*, após o confronto “[...] muitos dos assaltantes presos, entre os quais alguns europeus, são estrangeiros e nem sequer falam português” (6 de Fevereiro de 1961, p. 1).

11 A notícia de *O Século*, sobre o mesmo assunto, refere que entre os agitadores presos, três eram oriundos de Portugal, três eram angolanos e os restantes eram estrangeiros (7 de Fevereiro de 1961, p. 1, p. 12).

12 *O Século* publica uma notícia sobre esses incidentes no dia 7 de Fevereiro desse ano.

Aos outros dois soldados africanos são atribuídos o mesmo tipo de façanhas:

O cabo guarda Geovetti, de raça negra, ao aperceber-se da ocorrência, postou-se, de arma na mão, em frente da porta da Casa de Reclusão e aguentou com o corpo a onda de assaltantes, ficando quase esmagado contra os varões. Veio em seu auxílio o soldado de cor Sebastião Simão [...], à coronhada e em luta corpo a corpo, defenderam a entrada até à chegada de outros elementos.

No dia 10 de Fevereiro, o mesmo jornal publica, mais uma vez na primeira página, uma notícia que informa que quatro soldados africanos, “heróicos defensores da Casa de Reclusão em Luanda”, foram promovidos, um deles a título póstumo. Notícias com o mesmo teor, onde se destaca o papel heróico dos combatentes africanos — nas notícias identificados como soldados de cor ou de raça negra — vão-se multiplicando ao longo dos relatos divulgados sobre as guerras.

O que não consta nas notícias da época são as retaliações, por parte de forças portuguesas, que entretanto se verificam em Angola logo após esses conflitos. Em Fevereiro, o Governo emite em Angola um aviso para evitar que a população portuguesa retaliasse, o que não impediu que, durante o funeral dos sete polícias que morreram nos primeiros ataques, grupos de milícias portuguesas atacassem musseques da periferia de Luanda (BRANDÃO, 2008; BARRADAS, 2001), o que se repete um pouco por todo o norte de Angola após os ataques de 15 de Março, deixando vítimas incontáveis (ANTUNES, 1995, p. 15-17).

A par da omissão destes e de outros episódios¹³ que comprometiam a imagem que interessava veicular sobre a presença de Portugal em África, a propaganda colonial proclamava a ideia do espírito multirracial promovido pela suposta implementação de uma política integracionista e assimilacionista. As notícias que acompanham, desde início, os conflitos em Angola, manifestam claramente este tipo de propaganda, ao expor,

13 Por exemplo, os conhecidos massacres de Wiriyaçu divulgados sobretudo pela imprensa britânica umas semanas antes da visita de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, a Londres, e que a imprensa portuguesa tenta desmentir inclusive atacando a sua credibilidade. Para um esclarecimento sobre este assunto e a sua influência nas relações luso-britânicas, consulte-se Oliveira (2007).

insistentemente, imagens e discursos que revelam um vasto conjunto de manifestações de relações de igualdade entre portugueses e africanos.

Mesmo antes da revogação dos vários estatutos que constituíam instrumentos legais de discriminação e de exploração dos africanos, o discurso da propaganda colonial vai nesse sentido. As descrições divulgadas na imprensa da visita a Luanda de Adriano Moreira¹⁴, ministro de Ultramar entre 13 de Abril de 1961 e Dezembro de 1962, revelam essa preocupação. Em primeiro lugar, essa visita acontece três meses após os primeiros incidentes, mas é nas notícias que a acompanham que é publicada a primeira fotografia de um soldado africano desde que começou o conflito, tendo em conta unicamente os jornais analisados. Nessa foto, publicada na primeira página do *Diário de Notícias* do dia 16 de Maio de 1961, que retrata Adriano Moreira e um africano, pode ler-se: “o Ministro do Ultramar conversando com um oficial preto que perdeu um braço em defesa da Pátria”. Nessa notícia domina a ideia do africano que defende a nação portuguesa e não se deixa tentar pela propaganda então denominada terrorista.

Ao longo da guerra, as notícias que apresentam, sob as mais diversas manifestações, o africano, soldado ou civil, a oferecer a sua lealdade à pátria, serão muito frequentes. Entre estas, destacam-se as descrições de inúmeras cerimónias que representam a recuperação de zonas ocupadas, nas quais o africano aparece como um dos seus protagonistas ao desempenhar um acto representativo de soberania nacional que é o de hastear a bandeira portuguesa.

Entre as reportagens de operações que destacam o protagonismo de soldados africanos, são várias as que falam dos Flechas, grupo de combatentes de origem angolana formado em 1966, que actuava sob as ordens da PIDE/DGS. Pelo contrário não foram encontradas notícias acerca das unidades de combate intituladas de Fiéis e Leais, constituídas por africanos não-angolanos: os Fiéis eram formados por refugiados catangueses que chegaram a Angola em 1967; no mesmo ano foram recebidos refugiados da Zâmbia que viriam a formar os Leais. As competências de combate e de resistência dos Flechas são frequentemente destacadas em diversos tipos de notícias, nomeadamente na atribuição de prémios e de medalhas, ou em relatos de operações. A história de um Flecha, relatada no artigo intitulado “um herói ne-14 Onde apresenta uma declaração política perante o Conselho Legislativo de Angola que revela manifestamente que a força seria a única solução possível para terminar com os ataques em Angola e manter os territórios africanos sob o domínio portugueses. Ver principais pontos desse discurso em Antunes (*op.cit.*, p. 21).

gro o flecha «14» figura lendária no Leste de Angola”, publicada no *Diário de Notícias*, é representativa da heroicidade que era atribuída a estes soldados:

O «catorze» é um negro, que, desde a primeira hora, tem lutado nas fileiras dos «flechas», combatentes portugueses africanos que escrevem, diariamente, no Leste, capítulos inteiros do que virá a constituir história no futuro. Pois o «catorze» é um chefe de grupo, conhecido por este nome desde que apreendeu, numa única operação, catorze armas ao inimigo. Foi ferido [...] numa emboscada. Transferido para Luanda tiveram de extrair-lhe um dos olhos. Mas regressou, pouco tempo depois, a Cangamba, para junto dos seus companheiros. Por distinção foi elevado ao posto de comandante de grupo. Dir-se-ia, porém, que o «catorze» ficara marcado com a perda da vista. Por lá andava, a tentar recompor-se, mas a sua estrela começara a perder o brilho antigo entre os seus homens. Ora isso para os flechas é mau. Porque eles mantêm, permanentemente vivo, marcado espírito de competição.

Descreve-se, depois, uma operação que envolveu o “Catorze” e o seu grupo durante sete dias, através de um percurso de 250 quilómetros e que resultou na apreensão de materiais de guerra e na morte de sete guerrilheiros— no artigo em causa, a palavra utilizada é terroristas. O artigo termina com a seguinte frase: “Ele era o «catorze». Não se sabe exactamente, como irão chamar-lhe a partir de agora” (29 de Junho de 1972, p. 7).

Na imprensa da época destacam-se as competências de combate e de resistência dos soldados africanos, descritas, sobretudo, nas notícias que informam sobre condecorações atribuídas aos combatentes, bem como nas que revelam a identidade dos vencedores dos prémios dos Governadores de Angola, da Guiné e de Moçambique.

Este tipo de caracterização reflecte e reforça as imagens que se vão construindo acerca do combatente africano nas guerras coloniais — eles representam exemplos de valentia, responsabilidade, coragem, solidariedade para com os seus companheiros de armas, sejam

eles europeus ou africanos, e exemplos de obediência e de dedicação em relação aos seus superiores. Entre as notícias divulgadas, que procuram revelar o espírito de sacrifício e de entrega totais dos combatentes africanos à causa portuguesa em África, destacam-se as que pretendem demonstrar que o combatente africano se entrega à luta até às suas últimas consequências, sacrificando a sua integridade física e mesmo a sua vida para defender a nação portuguesa.

Neste regime de discursividade e de visibilidade, transmite-se uma imagem de cumplicidade dos africanos em relação à defesa de Portugal nos territórios em guerra, imagem que se manifesta muito particularmente nos prémios e nas condecorações que receberam ao longo da guerra e nas homenagens e cerimónias nas quais participaram. Uma dessas situações foram os prémios dos governadores de Angola, de Moçambique e da Guiné. Esses prémios, consistindo na oferta de uma viagem a Portugal, eram destinados a qualquer cidadão, civil ou militar, destacado pelas suas acções de apoio a Portugal. Muitos dos que obtiveram esse prémio eram de origem africana e, entre eles, muitos eram militares¹⁵.

A divulgação de outras cerimónias, como os juramentos de bandeira, a imposição de insígnias e a atribuição de medalhas foram momentos simbólicos significativos de representação dos que eram, na imprensa, considerados heróis da pátria, representações que remetem para a ideia de comprometimento dos combatentes africanos com o domínio colonial. Entre as descrições de muitas dessas cerimónias, o juramento de bandeira de duas companhias de comandos africanos e a promoção de oficiais e sargentos da mesma força, presidida pelo Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, o General Spínola, é das mais representativas quanto à ideia de conivência dos soldados africanos em relação ao domínio português em África. Nessa cerimónia, Zacarias Saiegh, que chegou a capitão da primeira companhia de comandos africanos, é incumbido de discursar. A descrição dessa cerimónia é publicada no *Diário de Notícias* do dia 9 de Novembro de 1971 num artigo que tem como título um excerto do discurso proferido por Spínola: “Numa significativa cerimónia em Bissau a Força Africana é um

15 A viagem a Portugal, oferecida pela TAP, era atribuída a quem se evidenciasse por actos de bravura e de heroicidade. Segundo o que se divulgou na imprensa, muitos desses prémios foram atribuídos a militares africanos e entre eles os Flechas estiveram entre os mais contemplados. Alguns desses combatentes até o receberam em Lisboa pela mão do ministro do Ultramar. Este prémio foi divulgado ao longo da guerra e nas informações sobre o vencedor constava não apenas o seu nome, como também a sua fotografia e a descrição das acções pelas quais ganhou o prémio.

passo bem claro no caminho de uma Guiné Governada pelos seus filhos, mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação Portuguesa”. A este título seguem-se partes de um discurso outorgado ao combatente Zacarias Saiegh¹⁶, promovido a tenente nesse mesmo dia. Entre as partes publicadas destacamos a passagem que se segue:

A razão é nossa companheira e a luta é justa. Temos orgulho em ser os guardiões da vontade do povo. Nós somos a força africana, a força do povo, porque o defendemos, porque dele saímos e porque é por ele que lutamos. Meu General, o nosso muito obrigada por nos ter feito renascer o orgulho de sermos africanos. E afinal, camaradas, quem serão os verdadeiros revolucionários? Nós, ou os nossos inimigos? Eles que combatem o povo, em nome da liberdade, ou nós, que combatemos pela liberdade do povo? Portugal aceitou-nos tal como somos e tal como somos queremos continuar dentro da grande família portuguesa (1971, p. 10, p. 16).

Este discurso, cuja autoria é atribuída a um africano, oficial do exército português que combate na sua terra natal, coincide com o discurso colonial que durante a guerra precisava de encontrar aliados africanos. Até porque este é um dos princípios estratégicos utilizados contra a denominada guerra subversiva, e que implica, antes de mais, a necessidade de conquistar as populações locais. Este discurso constitui, também, um exemplo elucidativo da forma como se divulgava a política integracionista que o poder colonial proclamava implementar na África então portuguesa, neste caso através do combatente africano das suas Forças Armadas.

A apresentação do africano como um cidadão português exemplar manifestou-se na exibição do combatente africano das FAP em momentos significativos de exaltação e reforço da ideologia imperial e integracionista do regime. O 10 de Junho representou, por excelência, um desses momentos. Segundo Fernando Rosas, o 10 de Junho passou a comemorar a “[...] expressão das virtudes dessa tal «raça lusitana» [...] após o início da guerra colonial, o emblema do nacionalismo colo-

16 Segundo os dados disponíveis, este combatente viria a ser fuzilado após a retirada dos portugueses da Guiné. Ver lista de antigos combatentes das FAP ‘executados’ após a independência da Guiné Bissau em Bernardo (2007, p.145).

nialista que se batia em África pela defesa do ultramar [...]” (apud RIBEIRO, 1999, p. 14). No dia em que simultaneamente se comemoravam a raça, a identidade nacional, as glórias do império e das Forças Armadas, condecoravam-se publicamente, em Portugal e nos territórios africanos sob domínio português, soldados que se tinham destacado em combate, entre os quais soldados africanos que, em certos casos, viajavam para Lisboa para esse efeito¹⁷. Duas das comemorações que melhor retratam esta tendência foram as do dia 10 de Junho de 1967 e de 1969¹⁸. Na primeira, Mamadu Jaló, soldado africano, natural da Guiné, está em Lisboa para receber a medalha de valor militar pelas mãos do próprio Presidente do Conselho. A legenda da fotografia do *Diário de Notícias*, onde ele e o capitão Jorge Monteiro, natural de Caldas de Felgueiras, aparecem, diz: “A Cor não é fronteira dentro das fronteiras da Pátria. Ambos foram valentes, dedicados, incedíveis” (12 de Junho de 1961, p. 1).

Esta situação repete-se nas cerimónias oficiais do dia 10 de Junho de 1969, quando o 2^a Sargento Marcelino da Mata¹⁹, também originário da Guiné, vem receber a Lisboa a mais alta condecoração do Exército português: a Torre e Espada. Esta cerimónia é descrita, dois dias depois, com a manchete «Manhã dos Heróis» que intitula a notícia onde pode ler-se “o Presidente de todos os portugueses entrega o galardão maior a um soldado africano pelos seus feitos na Província da Guiné”; e ainda “Soldados de Portugal. Corre em vosso sangue o sopro heróico dos bravos portugueses que cimentaram a independência ao longo dos séculos” (Diário de Notícias, 12 de Junho de 1969, p. 1, p. 17).

Conclusão

As imagens e representações que acabámos de apresentar a respeito do combatente africano permitem

17 O dia 10 de Junho de 1963 assinala a primeira dessas cerimónias militares no Terreiro do Passo, a qual se repetiria todos os anos até 1973 (AFONSO e GOMES, 2005, pp. 218-219).

18 Entre outras como as comemorações de 10 de Junho de 1970 onde foram condecorados com a Torre e Espada o capitão graduado João Bacar Jaló e o Furriel Cherne Sissé (Diário de Notícias, 12 de Junho de 1970: 1). João Bacar tinha sido já referido no dia 15 de Junho de 1965, por ter recebido das mãos do ministro Silva Cunha a espada de alferes (Diário de Notícias: 12). Morreu em combate no dia 16 de Abril de 1971. Ver *Pequena Biografia de um Herói – João Bacar Jaló*, página consultada em 15 de Janeiro de 2012 http://ultramar.terraweb.biz/CTIG/Imagens_CTIG_CapitaoJoaoBacarJalo.htm.

19 A residir em Portugal, o alferes Marcelino da Mata é descrito como “[...] um supermedalhado do Exército, detentor da Torre e Espada, comandou grupos especiais de negros em múltiplas acções de combate e destaca o esforço desses homens, que se sentiam portugueses. Foi um dos expedicionários a Conakry. Veio para Lisboa numa maca” (ANTUNES, 1995, p. 547).

-nos concluir, a título exploratório, que, mais do que procurar apresentar estes homens como exemplos de africanos comprometidos com a guerra e cúmplices da manutenção do domínio português em África, os meios de comunicação exibiram-nos como um dos seus mais fiéis representantes.

Embora o combatente africano não tenha constituído, em termos gerais, a força sobre a qual recaiu o maior esforço de guerra entre 1961-1974, constituiu uma das figuras centrais do discurso legitimador da manutenção do poder colonial português em África. Um discurso propagandístico apoiado em estereótipos que serviam a ideia da pertinência e da necessidade de preservar os territórios africanos sob o domínio português.

O que importa realçar nesse discurso estereotipado é a tentativa de transformar esses combatentes africanos em sujeitos activos da história dessa África então portuguesa onde o poder colonial, armado, lutava contra aqueles que dele se tentavam libertar. Porque se na época colonial a imagem que persistia do africano, como nos revela Isabel Castro Henriques, era aquela em que “[...] os africanos eram considerados como seres inferiores, sem história, sem civilização, sem capacidade de mobilização e de intervenção no seu próprio processo evolutivo” (2004, p. 299), o que se pôde verificar nalguns excertos apresentados é que o combatente africano das FAP é descrito como um sujeito que apresenta características físicas e intelectuais que permitem ao poder colonial transformá-lo, ou seja, reformá-lo numa força militar ao serviço da defesa dos territórios portugueses.

A partir do início das guerras, com a progressiva africanização das tropas portuguesas e com a visibilidade crescente concedida aos combatentes africanos e às suas virtudes heróicas, promovidas e exaltadas publicamente, a imprensa portuguesa – alinhada com os interesses do poder colonial – procurou que o africano fosse representado como um dos defensores da manutenção do domínio português em África e, deste modo, reformulou os estereótipos do africano de modo a ajustá-los aos constrangimentos que se colocavam à manutenção do poder colonial.

Antes de mais, o recrutamento de africanos e o tipo de organização militar implementados, que privilegiou a criação de unidades mistas de combate, compostas por africanos e europeus²⁰, e que graduou e

20 Embora, no caso português, existissem unidades compostas exclusivamente por contingentes locais africanos – incluindo os seus oficiais, como foi especialmente o caso de comandos africanos da Guiné-Bissau –, e unidades em que apenas os oficiais e sargentos eram de origem portuguesa, as unidades de guarnição normal eram mistas (PORTUGAL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1988, pp.

condecorou combatentes africanos, serviu para dar resposta a exigências particulares colocadas pela guerra de guerrilha. Ao mesmo tempo, ao apresentar o combatente africano como um sujeito no qual as Forças Armadas e o Estado portugueses depositavam a sua total confiança, e ao caracterizá-lo como um soldado disciplinado, obediente, leal e digno das mais altas condecorações do Exército, o poder colonial português renovou argumentos para reivindicar e legitimar a sua dominação em África. Ao promover a ideia de que a África-portuguesa era defendida por combatentes africanos, o argumento que o poder colonial utiliza na sua propaganda ideológica para justificar a manutenção do seu domínio é atribuído, em parte, aos “filhos da terra”.

Para compreender este regime de discursividade e de visibilidade do soldado africano, torna-se pertinente recorrer à análise de Edward SAID (2004) relativamente aos mecanismos de dominação e de configuração de imagens utilizados nos processos de colonização. Nessa análise, o Outro é objecto de uma construção que o reifica em representações que pouco ou nada correspondem à realidade. Essas representações, que consistem em invenções do Outro, foram necessárias, quer para subalternizar o colonizado, quer para o próprio processo de auto-definição do Ocidente.

Mas é a leitura que Bhabha propõe ao título de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que é particularmente sugestiva para compreendermos estes estereótipos. Para Bhabha esta imagem de alienação cultural, contida naquele título, significa “[...] não o Eu e o Outro, mas a alteridade do Eu inscrita no palimpsesto perverso da identidade colonial”. De acordo com esta abordagem, esta figura do colonizado representa, no discurso colonial, uma “[...] imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]”. Nessa imagem, “Não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro” (BHABHA, 2005, pp. 75, 76).

Partindo destas sugestões, é difícil não ver nestes soldados, cuja visibilidade foi encenada e exibida repetidamente no discurso colonial, a imagem duplicadora do português colonizador inscrita, pelo menos em termos de retórica corporal, no africano soldado da força colonial. Contudo, o combatente africano – parafraseando mais uma vez Bhabha – “[...] “quase o mesmo mas não tanto [...]. Quase o mesmo mas não branco

[...]” (2005, p. 135), pode também ser interpretado como uma forma de identificação dividida, irónica e subversiva.

Bhabha situa esta contradição na própria enunciação colonial, que gera identificações camufladas, incompletas e indefinidas, correspondentes a um mimetismo ameaçador que “ao expor a ambivalência do discurso colonial também disrompe a sua autoridade” (THOMAS, 2005, pp. 184-185).

Neste sentido, estas imagens miméticas, que não são meramente reprodutoras mas podem corresponder a um processo de apropriação corrosivo da autoridade colonial, constituem, por seu turno, uma proposta que impossibilita qualquer tipo de binarismo entre o mesmo e o outro. De acordo com estas perspectivas, se os estereótipos construídos e divulgados pelo poder colonial servem o seu domínio, eles podem, ao mesmo tempo, constituir expressões de hibridez ou de mimetismo que desafiam e perturbam esse mesmo poder que os criou.

Apesar do eventual carácter subversivo e perturbador destes estereótipos, estas perspectivas partem do pressuposto de que é no terreno definido pelo opressor que eles se constroem, presumindo, deste modo, que são pura e simplesmente construções impostas pelo poder colonial. Ver as respostas dos colonizados exclusivamente nestes termos é excluir a possibilidade de os mesmos terem alguma independência em relação às enunciações do colonialismo, de forma que o seu mimetismo não seja apenas interpretado como uma rendição necessária ao poder colonial. A análise apresentada só nos permite, contudo, sugerir esta possibilidade em termos hipotéticos e deixar sem resposta esta dúvida em relação ao discurso colonial: a de saber como esse discurso estereotipado – que enalteceu, glorificou e enobreceu as qualidades do combatente africano das forças coloniais portuguesas posicionando-o como um dos seus representantes mais fiéis –, foi projectado e recebido em África e, sobretudo, como influenciou as auto-percepções dos próprios soldados africanos que são vistos e sabem que são vistos, que são exibidos e que se exibem nos desfiles, nas comemorações, na entrega de medalhas e de prémios de onde se retroprojectam.

Pelo contrário, uma conclusão que a análise apresentada autoriza é a de considerar que os estereótipos dos soldados africanos das FAP que, durante as últimas guerras, foram projectadas pela propaganda colonial, ao situarem o africano no lugar do colonizador, transferiram-lhe parte da responsabilidade da colonização. Esta representação do combatente africano das FAP

correspondeu a um modo luso-tropical de fazer ver a guerra, segundo o qual coube ao próprio colonizado defender a manutenção do poder colonial português.

Referências

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos. *Guerra Colonial*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2005.

ANTUNES José Freire. *A Guerra de África (1961-1974)*. Vols. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

BARRADAS, Acácio. “Comunicação”. In TEIXEIRA R.A (org.). *A Guerra Colonial: realidade e ficção – Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

BERNARDO, Manuel Amaro. *Combater em Moçambique – Guerra e Descolonização 1964-1975*. Lisboa: Prefácio, 2003.

BERNARDO, Manuel Amaro. *Guerra, Paz e Fuzilamentos dos Guerreiros; Guiné 1970-1980*. Lisboa: Prefácio, 2007.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BRANDÃO, José. *Cronologia da Guerra Colonial: Angola Guiné Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio, 2008.

CABRERA, Ana. *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CANN John P.. *Contra-Subversão em África: como os Portugueses fizeram a Guerra em África – 1961-1974*. Lisboa: Prefácio, 2005.

CHOMSKY, Noam. *A Manipulação dos Média: os Efeitos Extraordinários da Propaganda*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2003.

COELHO João Paulo Borges. African troops in the portuguese colonial army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. *Portuguese Studies Review*.10 (1), 2002.

CORREIA, Pedro Pizarat. A participação local no desenvolvimento das campanhas. O recrutamento africano. In: MOREIRA, Adriano et al. (orgs.) *Estudos sobre*

as Campanhas de África (1961-1974). S. Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 5 e 6 de Fevereiro de 1961; 4 e 5 de Março, 1961; 16 de Maio de 1961; 12 de Junho de 1961; 15 de Junho de 1965; 12 de Junho de 1969; 12 de Junho de 1970; 9 de Novembro de 1971; 29 de Junho de 1972.

GARCIA, Francisco Proença. *Análise Global de uma Guerra Moçambique, 1964-1974*. Lisboa: Prefácio, 2003.

GUERRA, João Paulo. A censura e a guerra colonial. In: TEIXEIRA, A. R. (org.), *A Guerra Colonial: realidade e ficção – Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

O SÉCULO. 7 de Fevereiro de 1961; 21 de Março, 1961.

OLIVEIRA, Pedro Aires. *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa. 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas em Angola. 1845-1941*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

PEQUENA BIOGRAFIA DE UM HERÓI – JOÃO BACAR JALÓ, página consultada em 15 de Janeiro de 2012 http://ultramar.terraweb.biz/CTIG/Imagens_CTIG_CapitaoJoaoBacarJalo.htm.

PORTUGAL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. vol.I. Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988.

RIBEIRO, Jorge. *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO J. (Ed.), *História de Portugal*. Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.

SAID, Edward. *Orientalismo – Representações Ocidentais do Oriente*. Tradução Pedro Serra. Lisboa: Cotovia, 2004.

SANTOS, Graça. *O Espectáculo Desvirtuado*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

THOMAS, Nicholas. Cultura e Poder: teorias do discurso colonial. In SANCHES, Manuela (org.). *Deslocalizar a "Europa": antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.

VENTURA, António. *Batalhas da História de Portugal. Campanhas Coloniais. Angola, Moçambique, Guiné e Timor. 1850-1925*. Matosinhos: QuidNovi, 2006.

Recebido em: 01/08/2015

Aprovado em: 10/11/2015